



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA/SOURE  
FACULDADE DE ETNODIVERSIDADE  
CURSO DE ETNODESENVOLVIMENTO**

**MARIA ORLANDA FONSECA DA COSTA**

**AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICA E MEMÓRIA: O Processo de  
Titulação da Comunidade Remanescente de Quilombo São José de Carrazedo-  
Município de Gurapá- Pará**

**ALTAMIRA-PA  
2023**

**MARIA ORLANDA FONSECA DA COSTA**

**AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICA E MEMÓRIA: O Processo de  
Titulação da Comunidade Remanescente de Quilombo São José de Carrazedo-  
Município de Gurapá-Pará**

Trabalho de Conclusão de  
Curso, na modalidade Artigo  
Científico, apresentado ao Curso de  
Etnodesenvolvimento, da  
Universidade Federal do Pará, campus  
de Altamira, sob a orientação da  
professora Dra. Eliane da Silva Sousa  
Faria.

**Altamira/PA**

**2023**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

COSTA, MARIA ORLANDA FONSEÇA DA.  
AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICA E MEMÓRIA: : O  
Processo de Titulação da Comunidade Remanescente de Quilombo  
São José de Carragedo- Município de Gurapá- Pará / MARIA  
ORLANDA FONSEÇA DA COSTA. — 2023.  
25 f. : il. color.

Orientador(a): Prof<sup>a</sup>. Dra. Eliane da Silva Sousa Faria  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade  
Federal do Pará, Campus Universitário de Altamira, Faculdade de  
Etnodiversidade, Altamira, 2023.

1. Afirmação Identitária, Comunidade Quilombola, Luta  
por Direitos . I. Título.

CDD 300

---

**MARIA ORLANDA FONSECA DA COSTA**

**AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICA E MEMÓRIA: o Processo de  
Titulação da Comunidade Remanescente de Quilombo São José de Carrazedo-  
Município de Gurapá- Pará**

**Banca Examinadora**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Eliane de Sousa Faria/ UFPA (Orientadora)  
Presidente da Banca**

---

**Professor Dr. Sullivan Ferreira de Souza  
Examinador Interno/ UFPA**

---

**Professora Dra. Carina Catiana Foppa  
Examinador Externo/ UFPR**

**ALTAMIRA - PARÁ  
2023**

# **AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICA E MEMÓRIA: o Processo de Titulação da Comunidade Remanescente de Quilombo São José de Carrazedo- Município de Gurupá- Pará<sup>1</sup>**

**Maria Orlanda Fonseca da Costa<sup>2</sup>**

## **RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo realizar uma análise histórica e antropológica do processo de fundação da comunidade quilombola de São José do Carrazedo, localizada no município de Gurupá, Pará, e compreender o processo de afirmação da identidade étnica por meio da análise do processo de titulação dessa comunidade como remanescente de quilombo. A metodologia utilizada foi a observação participante, história oral e análise documental. A pesquisa mostrou que a área onde atualmente é a comunidade passou por múltiplas reocupações: uma ocupação pré-colonial, demonstradas pelos vestígios arqueológicos encontrados no local, uma ocupação colonial, retratada nos registros históricos que remetem ao século XVIII e uma ocupação atual relatada pelos moradores mais antigos da comunidade. A pesquisa me permitiu conhecer a luta por direitos vivenciada pelos moradores da comunidade, minha origem, cultura, ancestralidade e a valorizar e respeitar minha identidade étnica.

**Palavras-chave:** Afirmação Identitária, Comunidade Quilombola, Luta por Direitos

## **ABSTRACT**

The aim of this paper is to make a historical and anthropological analysis of São José do Carrazedo Community and its foundation process on Gurrupá city, Pará state, to understand the increasing of ethnic identity process through the analysis of its titration as a remaining quilombola community. The methodology applied was the partaking observation and oral history documental analysis. This research showed us that the area has passed to multiples reoccupations: a precolonial one, demonstrated by the archaeological traces founded in the respective community place, a colonial one, recorded on historical documents of eighth century and a current one reported by the older community habitants. This research allowed me to realize the importance of struggling for legal rights by the community residents, my own origins, culture, ancestry and, the last but not least, to value and respect my ethnic identity as a community member.

**Keywords:** identity affirmation, quilombola community and struggle for legal rights.

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado como trabalho de Conclusão de curso (TCC) do curso de Etnodesenvolvimento, Faculdade de Etnodiversidade, Campus de Altamira da Universidade Federal do Pará (UFPA). Sob a orientação da professora Dra. Eliane da Silva Sousa Faria.

<sup>2</sup> Mulher Quilombola da Comunidade São José do Carrazedo, mãe e professora da comunidade. Docente do curso de Etnodesenvolvimento, Faculdade de Etnodiversidade, Campus de Altamira-PA.

## 1- Introdução

Este trabalho tem como objetivo realizar uma análise histórica e antropológica do processo de fundação da comunidade quilombola de São José do Carrazedo, localizada no município de Gurupá-Pará, e compreender o processo de afirmação da identidade étnica por meio da análise do processo de titulação dessa comunidade como remanescente de quilombo.

O estudo foi realizado no âmbito do curso de Etnodesenvolvimento<sup>3</sup> da Universidade Federal do Pará, utilizando os dados coletados durante as pesquisas do Tempo Comunidade, observação participante, entrevistas semiestruturadas com os comunitários e pesquisa documental. A pesquisa foi dividida em dois tópicos principais: o histórico de fundação da comunidade e o processo de titulação como remanescente de quilombo

A investigação da história da comunidade e de sua titulação como remanescente de quilombo estão intimamente relacionadas ao fortalecimento de nossa identidade étnica enquanto quilombolas. Acredito que, por meio do conhecimento de nossa história, será possível fortalecer o sentimento de pertencimento étnico, o que incentivará nossa luta por direitos em relação a questões tais como: invasão do nosso território por madeireiros e a desvalorização da mandioca e seus produtos, como a farinha, nossa principal fonte de renda.

O processo de reconhecimento oficial da comunidade como remanescente de quilombo foi abordado a partir do relato de seus membros e dos órgãos responsáveis por incentivar e desenvolver políticas públicas para valorizar nossa história. Entre esses órgãos estão a Associação ARQMG (Associação Remanescente de Quilombo do Município de Gurupá), a Fundação Palmares e a SEMED, esta última envolvida nas ações relacionadas à escola da comunidade no processo de reconhecimento como escola quilombola<sup>4</sup>.

A escolha por este tema tem uma razão especial, pois minha família e eu fazemos parte do processo de reconhecimento como membros da comunidade. A relevância social

---

<sup>3</sup> O curso de Etnodesenvolvimento é ofertado pela Universidade Federal do Pará, pelo campus de Altamira, criado para a formação acadêmica de pessoas de comunidades indígenas e de povos tradicionais. Tem como objetivo o fortalecimento da identidade étnica e cultural e a autonomia de povos e comunidades tradicionais (OLIVEIRA & BELTRÃO, 2015).

<sup>4</sup> Por tratar-se de um tema muito abrangente, as ações para o processo de reconhecimento étnico na escola da comunidade serão trabalhadas em um outro artigo. Sendo o foco desse trabalho será o histórico de fundação da comunidade e o processo de reconhecimento e titulação da comunidade como remanescente de quilombo.

dessa pesquisa para minha comunidade está na necessidade de contar nossa história para que as futuras gerações tenham acesso à nossa luta pelo reconhecimento de nossos direitos étnicos, valorizando assim a memória e a história da comunidade e servindo de incentivo pela busca dos direitos da comunidade.

## **2. Os Caminhos da Pesquisa: Discussão Teórica e Metodológica**

A pesquisa na minha Comunidade Quilombola São José do Carrazedo, localizada no Município de Gurupá-Pará, foi conduzida por meio do método etnográfico tendo por base a observação participante, e as entrevistas semiestruturadas com moradores da comunidade, ou seja, com base na História Oral e análise documental<sup>5</sup> de fontes relacionadas à fundação da Comunidade e seu processo de titulação.

A observação participante é uma técnica de pesquisa que envolve a imersão do pesquisador no contexto social e cultural que está sendo estudado. Nesse caso, o pesquisador se torna parte integrante da comunidade, participando ativamente de suas atividades cotidianas, eventos e rituais. Essa inserção proporciona ao pesquisador uma compreensão mais profunda da realidade vivida pelos membros da comunidade, permitindo uma análise mais rica e contextualizada (Cardoso de Oliveira, 2006).

No caso específico da pesquisa por mim realizada, a observação participante foi feita por mim, ou seja, por alguém que já faz parte da comunidade. Para pensar minha relação enquanto membro da comunidade e pesquisadora usei como referência Velho (1980) “Observando o familiar” e o livro de Smith (2018) “Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas”. Em ambos os trabalhos os autores discutem sobre quando o pesquisador faz pesquisa em sua comunidade de origem. Velho, embora trabalhe no contexto urbano, em seu texto clássico para a Antropologia fala de como se colocar na posição de pesquisador e começar a repensar aspectos que por serem tão familiares, acabarem passando despercebido pelo pesquisado enquanto membro daquela sociedade/comunidade. Dessa forma, a discussão do texto me ajudou a repensar situações em minha comunidade as quais, por serem bastantes familiares a mim passavam despercebidas, como por exemplo, a importância da coleta da mandioca no processo de

---

<sup>5</sup> A análise documental não pôde ser realizada de maneira mais aprofundada devido ao fato de muitos documentos não estarem acessíveis, pois alguns foram perdidos ao longo do processo de reconhecimento, não estando disponíveis na ARQMG. Em relação aos documentos do período colonial que trazem o contexto histórico de ocupação do território onde hoje é a comunidade, os mesmo encontram-se no Arquivo público do Pará (APEP) na cidade de Belém e, devido à distância da minha comunidade, não tive como realizar o levantamento neste local.

união e fortalecimento identitário da comunidade, e o meu papel como mulher remanescente de quilombo.

O texto da pesquisadora maori Linda Tuhiwai Smith de 2018, me ajudou a pensar a complexidade que é para nós pesquisadores (as) oriundos (as) de povos e comunidade tradicionais assumir a relação simultânea com as nossas comunidades de origem e o papel de pesquisadores (as). Dessa forma, a proposta do curso de Etnodesenvolvimento, enquanto uma demanda de povos e comunidades tradicionais, dialoga com a discussão da autora, sobre de como os pesquisadores “de dentro” têm o papel de juntamente com suas comunidades apresentar e propor alternativas ao modelo de pesquisa ocidental, mostrando cada vez mais uma postura de autodeterminação e descolonização das ciências.

A partir de um ponto de vista “Decolonial” a pesquisa teve por base a História oral, a partir da coleta de relatos e depoimentos de pessoas que vivenciaram determinados eventos históricos. Por participar ativamente das atividades da comunidade tive a oportunidade de realizar entrevistas e conversas informais com os membros mais velhos, ouvindo suas histórias, memórias e experiências pessoais. Isso contribuiu para que eu conhecesse diversas histórias da comunidade a partir da memória coletiva da comunidade, agregando diferentes perspectivas à pesquisa (BOSI, 1994; HALBWACHS, 2006; LE GOFF, 1996; POLLAK, 1992).

A análise documental, por sua vez, foi essencial para a contextualização histórica de nossa comunidade quilombola. Durante o estudo, foram investigados documentos oficiais, registros históricos, leis e processos de titulação que comprovam o reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo. A observação participante me permitiu entender a conexão entre esses documentos e a realidade vivida pela comunidade, enriquecendo a análise e proporcionando um embasamento mais consistente para o estudo.

Nessas condições, a combinação da observação participante, história oral e análise documental no estudo sobre a fundação da comunidade quilombola São José no município de Gurupá, Pará, trouxe benefícios significativos para a pesquisa. A observação participante possibilita uma compreensão mais aprofundada da realidade da comunidade, a história oral resgata as vivências e memórias dos membros mais velhos, e a análise documental proporcionou uma contextualização histórico para a pesquisa. Essa abordagem metodológica multidimensional contribui para a construção de um estudo mais completo, valorizando a história e a identidade da nossa comunidade quilombola.

### 3. Minha Trajetória na Comunidade

Antes de começar a discutir sobre o processo de fundação da minha comunidade, irei, em breve palavras, contar a minha trajetória de vida e, em especial na educação, pois é por meio da educação que tenho contribuído na minha comunidade como professora na escola local. Também acredito que falar um pouco da minha trajetória ajudará o leitor a ter uma ideia de como é a vida de um quilombola e das lutas que temos que enfrentar para conseguirmos nossos direitos. Embora eu saiba que cada pessoa tem sua história individual, acredito que a minha se assemelha em muitos aspectos a de outras pessoas da comunidade, mulheres, negras e mães como eu.

Meu nome é Maria Orlanda Fonseca da Costa, nasci em 02 de agosto de 1989 e tenho 33 anos de idade. Sou casada com Josimar Marques Correa e tenho dois filhos: Madila, de 15 anos, e Vinicius, de 10 anos de idade. Moro na Comunidade São José de Carrazedo, área rural do Município de Gurupá, Pará. Sou filha de Raimundo Nogueira da Costa e Maria da Luz Lima Fonseca, sendo a oitava filha entre onze irmãos que meus pais tiveram.

Venho de uma família de agricultores, meus pais sempre trabalharam na agricultura, fazendo roças para produzir farinha, uma profissão que eles aprenderam com seus avós e pais desde a infância e que ainda faz parte de nossas vidas.

Antes de eu nascer, meus pais moravam em outra comunidade chamada Terra Preta. Depois de algum tempo, eles se mudaram para a atual comunidade em que vivemos, São José de Carrazedo. Nessa época, a comunidade ainda não era reconhecida como quilombola.

Lembro-me de que era comum levantarmos às seis da manhã para irmos para a roça. Como éramos onze irmãos, quando chegávamos à casa do forno com a mandioca, enquanto nós a descascávamos, meu pai começava a contar histórias sobre o tempo de sua juventude. Ele compartilhava as facilidades e dificuldades que enfrentou, sempre nos dizendo: *"Meus filhos, sei que nossa condição financeira não é tão boa, mas espero que vocês levem esse conselho para a vida de vocês: estudem para serem alguém, diferente de nós"*. Ele queria que estudássemos para termos uma profissão. Essas palavras eram comuns em nossas conversas, pois ele não sabia ler nem escrever devido à proibição de sua mãe, que achava que se ele aprendesse a ler, ele escreveria cartas para a namorada. Ele pensava que, por não saber ler, ele era uma pessoa "burra". Eu absorvi essas palavras e acreditava que, para ser alguém na vida, precisava estudar e ser uma pessoa "educada". Essa mensagem era repetida não apenas por meu pai, mas também pelos próprios

professores. Hoje sei que o fato do meu pai não ter estudado em uma escola formal não o faz uma pessoa menos inteligente, pois ele possui os conhecimentos tradicionais repassados por nossos antepassados também oriundos de povos e comunidades tradicionais.

Posso dizer que, na minha infância, brincava, jogava bola, comia frutas como qualquer criança. Tomava banho na chuva e no rio. Desde pequena, sempre sonhei em estudar, fazer faculdade e ser professora. Eu sempre admirei meus professores e achava essa profissão linda.

Meu primeiro contato com a educação foi através da “educação informal”, aprendendo com meus pais os conhecimentos tradicionais. Já minha “educação formal” com a escrita e a leitura começou em 1999, quando eu tinha 10 anos de idade. Na época, o município não oferecia pré-escola na comunidade, devido à falta de uma estrutura escolar adequada. As aulas eram realizadas no salão comunitário da comunidade, dividindo as salas com lonas de plástico. Na escola, estudavam alunos do 1º ao 8º ano, que eram as séries disponibilizadas na época pelo município. Foi nesse período que tive o primeiro contato com a escrita e a leitura.

A escola oferecia dois turnos, manhã e tarde. Como eu tinha que ajudar meus pais na lavoura de manhã, só podia estudar à tarde. Estudei à tarde até a 4ª série, mas mesmo estudando assim, era muito difícil conciliar estudo e trabalho. Saíamos de casa às seis da manhã para trabalhar na roça. Devido à distância da roça, tínhamos que caminhar para chegar à casa do forno e, de lá, para a roça, percorrendo uma longa distância. Naquela época, o trabalho na roça era muito difícil, tínhamos que ralar a mandioca.

Eu e meu irmão Sebastião tínhamos que sair da casa do forno às onze e meia da manhã. Como a casa do forno era longe, tínhamos que correr para não chegarmos atrasados na escola. Devido a muitas dificuldades, repeti a segunda série do ensino fundamental. Quando cheguei à quarta série, eu já tinha quinze anos e já estava casada e grávida, o que tornou mais difícil estudar durante o dia. Passei a estudar à noite no programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), concluindo o 5º, 6º, 7º e 8º ano.

Foi muito difícil, pois eu tinha que estudar e, ao mesmo tempo, cuidar da casa, do marido e dos filhos. Quando ia para a escola, levava minha filha, pois não tinha com quem deixá-la. Meu esposo tinha que trabalhar. Consegui terminar o Ensino fundamental, mas fiquei sem estudar por alguns anos devido à falta de condições financeiras para estudar na cidade, já que ainda não havia ensino médio na comunidade.

No ano de 2010, o município ofereceu um anexo da escola estadual da cidade de Gurupá, chamado Sistema de Organização Modular de Ensino ( SOME), com o objetivo de dar oportunidade aos alunos que estavam fora da escola há algum tempo. Foi nessa época que tive a oportunidade de cursar o Ensino Médio. No entanto, devido os professores em sua maioria serem de Belém, capital do Estado, eles faltavam muito, o que comprometeu a qualidade do ensino. Mesmo assim, com muito sacrifício, consegui concluir o ensino médio em 2012, mas depois disso fiquei um tempo sem estudar mais uma vez.

Nesse período, também enfrentei uma grande tragédia, a perda do meu filho de quatro anos de idade, que morreu afogado. A partir desse momento, minha vida perdeu o sentido, e eu cheguei a pensar em desistir de tudo. Acredito que não há dor maior no mundo do que perder um filho.

Em 2017, surgiu uma oportunidade para mim. Fui contratada como professora na escola da minha comunidade, que agora possui um prédio escolar. No entanto, devido à natureza do contrato, sou demitida nos meses de julho e janeiro. Como comecei a trabalhar na escola, decidi me inscrever na faculdade. Me matriculei em uma faculdade particular, mas não consegui pagar devido o preço da mensalidade ser muito elevado, e não tinha o apoio do meu esposo na época. Por essas razões, acabei trancando o curso.

Em 2019, por meio de um amigo obtive informações sobre o Processo Seletivo Especial (PSE) do Etnodesenvolvimento voltado para povos e comunidades tradicionais. Fui aprovada nas duas etapas do PSE, mas fui chamada apenas na segunda chamada. Desde então, venho lutando para me formar, enfrentando muitas dificuldades financeiras e emocionais.

Durante toda a minha trajetória como graduanda no curso de Etnodesenvolvimento, passei por muitos desafios. Já enfrentei medo nas ruas de Altamira e já passei fome, mas mantenho fé de que me formarei em 2023. Chegar até aqui na faculdade foi uma provação, a primeira delas sendo ter que escolher entre meu estudo e meu esposo. Pós no início do curso, não tinha o apoio do meu esposo, o que foi mais uma luta que tive que enfrentar. Hoje, ele se sente orgulhoso por eu estar cursando uma universidade federal.

Outro desafio foi lidar com a saudade dos meus filhos, pois nunca havia ficado longe deles por tanto tempo. Além disso, tive que ir para uma cidade desconhecida, Altamira, sem dinheiro, tendo apenas o valor da passagem. Escolhi seguir em frente

porque sabia que, apesar do sacrifício e da dor, valeria a pena, era meu sonho e do meu pai batendo à minha porta, e eu não poderia deixar passar.

Quando decidi estudar, meu esposo não estava em casa, estava trabalhando em outra comunidade e não tínhamos telefone. Não pude avisá-lo que eu iria estudar em outro município. Quando ele chegou em casa no final da semana, eu não estava lá, e ele ligou pedindo o divórcio. Eu sabia que ele estava estressado, eu entendia, mas meu sonho de cursar uma graduação prevaleceu. Passei os dois primeiros meses de estudo sem dinheiro, contando com a generosidade da minha irmã, que me fornecia o almoço e o jantar. Mas havia dias em que eu não jantava por vergonha, dizendo que não estava com fome. Na faculdade, via meus colegas descendo para a “lanchar” enquanto eu não tinha um real no bolso para comprar pelo menos um café. Na época, ainda estávamos no processo de inscrição no Ministério da Educação e Cultura para garantir a bolsa do MEC FDNE, voltada para povos indígenas e comunidade quilombolas.

Todas essas dificuldades pelas quais passei e ainda estou passando serviram para me fortalecer cada vez mais. Posso dizer que na minha trajetória universitária houve momentos ruins, mas também momentos bons. Aprendi que sempre devemos nos empoderar e ter pensamentos positivos. Por mais que enfrentemos momentos difíceis, as coisas sempre melhoram. Sou extremamente grata aos meus pais, que sempre me apoiaram, e devo muito a eles por me dar força e coragem para enfrentar os obstáculos da vida. Hoje, também tenho o apoio do meu esposo, e é esse apoio que me dá forças para seguir em frente.

Assim, minha jornada de escolarização, desde o ensino fundamental até a faculdade, foi marcada por lutas, mas também de esperança de obter resultados que não serão conquistados apenas por mim, mas também pela minha comunidade e pela minha família, que confiaram e me apoiaram para chegar até aqui.

Hoje, sinto-me muito grata aos professores que já fizeram e ainda fazem parte da minha formação, a qual considero não apenas minha, mas de toda a minha comunidade. Quando decidi participar do processo seletivo para concorrer a uma vaga no curso de Etnodesenvolvimento, não estava pensando apenas em me formar para ser mais uma professora, mas sim com o objetivo de, no futuro, com os conhecimentos adquiridos, fazer a diferença, seja no ambiente escolar ou em qualquer outra profissão, a fim de melhorar a qualidade de vida das famílias da minha comunidade. O fato de estar na fase final do curso fortalece ainda mais essa convicção.

Acredito que minha trajetória retrata a história de vida de muitas mulheres negras e oriundas de comunidades tradicionais, que têm que vencer o preconceito e o machismo impregnado na sociedade para poder ter seu direito de estudar reconhecidos e assim, poder atuar em benefício de suas comunidades de origem.

Passarei a gora a relatar como foi o processo de fundação da comunidade e de reconhecimento dela como comunidade quilombola.

#### **4. Histórico da Fundação da Comunidade São José de Carrazedo**

A Comunidade Quilombola São José de Carrazedo é uma das doze comunidades remanescentes de quilombo<sup>6</sup> da cidade de Gurupá, sendo um dos distritos que tem um marco muito importante na história do município, localizada a aproximadamente 35 quilômetros da Cidade. A comunidade é formada e marcada historicamente por seus traços culturais e étnicos que mesclam características de povos indígenas e negros descendentes de pessoas escravizadas. De acordo com o senhor Benevaldo Marques Correa de 67 anos, que é uma liderança muito importante, nossa comunidade conseguiu se estabelecer na região após a abolição da escravidão, em 1888 assim vêm fortalecendo sua cultura, tradições e identidade étnica.

As histórias da Comunidade Quilombola de São José de Carrazedo são partilhadas entre seus moradores, e baseia-se na oralidade por meio de histórias que vem sendo repassadas oralmente, ao logo dos anos, pelas pessoas mais idosas da comunidade e repassadas de geração em geração (BOSI, 2014).

Segundo relatos de moradores não existe registro que comprove quando a comunidade foi fundada só se sabe que existiu dois períodos de sua fundação (uma ocupação na Terra Firme e outra próxima ao rio) e esses são repassados através da história oral e da memória coletiva que são contadas pelos moradores mais idosos da comunidade.

A História da ocupação de onde hoje é a comunidade, também se encontra nos vestígios arqueológicos encontrados no local. A pesquisa arqueológica foi descrita nos relatórios de escavação da área denominada de setor do antigo povoado de Arapijó de Carrazedo, hoje a área é reconhecida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como sítio arqueológico, o mesmo foi escavado por uma equipe do MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI (MPEG) coordenada pela arqueóloga Helena

---

<sup>6</sup> As comunidades Remanescentes de quilombo do Município de Gurupá são: São José de Carrazedo; Nossa Senhora da Conceição do Rio Arinoar, Nossa Senhora de Nazaré Gurupá-Miri, Nossa Senhora de Nazaré do Rio Jocojó, Santa Luzia do Flexinha, Santo Antônio do Camutá do Rio Ipixuna, São Pedro do Baca do Rio Ipixuna, Livramento Uruai do Rio Ipixuna, Sao Francisco do Rio Ipixuna, Quadrangular do Rio Ipixuna, Nossa Senhora do Perpetuo Socorro do Rio Pucuir, Pavilhão da Benção do Rio Pucuir.

Lima (LIMA et Al, 2014, 2016).

Na comunidade foram encontradas ruínas, estruturas edificadas e o acesso secundário dos igarapés que contornam a área. Além disso, foram escavados os restos de estruturas históricas que consistem principalmente de plataformas de terras de ruínas de piso edificadas e artefatos dispersos. As escavações na área histórica revelaram uma história complexa do abandono das estruturas, e podem iluminar sobre os períodos colonial e pós-colonial do sítio e estes fatos comprovam que a área na qual encontra-se a comunidade, passou por diversos processos de ocupação ao longo da história (LIMA, 2014, 2016).

Figura 1: Imagem da escavação da estrutura da 'Igreja' na vila antiga do sítio Carrazedo.



Fonte: Lima Et al, 2016.

A Comunidade que hoje é conhecida como São José de Carrazedo, outrora era denominada de povoado de Arapijó, a mudança ocorreu por volta do século XVIII. A antiga comunidade de Arapijó (Carrazedo) situava-se na parte mais alta da região na terra firme como destaca na iconografia de Chwebel de 1756, século XVIII. (figura abaixo).

Figura 2: Antiga Vila Carrazedo povoado de Arapijó localizada na área de terra firme.



Fonte: CHWEBEL, 1756.

Atualmente a comunidade se localiza a beira do rio e não mais onde Arapijó situava-se, destacando um processo migratório, onde as famílias se deslocaram da terra firme para a beira do rio na década de 60 do século XX, num processo lento.

Segundo relatos de moradores uma das motivações que levou a este deslocamento foi a grande dificuldade que as famílias encontravam em relação a doenças, na época houve um grande surto de varíola na região e também pela dificuldade de se ter acesso à água, pois as famílias tinham que descer pra beira do rio todos os dias pra pegar água e essa trajetória era muito cansativa porque teriam que descer e subir uma um terreno bastante íngreme para poder ter acesso a água.

Não foi possível encontrar documentos escritos sobre a data exata da fundação da comunidade, assim como, fotos da comunidade de quando ela se situava na terra firme. Nesse período a comunidade era uma Sub-Sede dos municípios onde por muito tempo situou a delegacia, cartório e até prefeitura.

Encontrei apenas um livro de atas de registro civil. Este livro mostra que por volta do ano de 1954 o cartório situou na comunidade São José de Carragedo, porém, segundo relatos dos comunitários a comunidade já existia a muito mais tempo. Dessa forma, os relatos orais foram usados para complementar as escassas informações escritas que obtive do processo de fundação da comunidade.

Ainda segundo o relato dos comunitários por volta dos anos de 1950 e 1960 moravam na comunidade cerca de 50 famílias. Essas viviam de forma muito simples economicamente, viviam de produtos que geravam renda para a população, esses produtos eram: peixe pirarucu, óleo de andiroba, castanha do Pará, tabaco, feijão arroz e mandioca.

A senhora Lurdivina Lima dos Santos de 57 anos conta que as famílias viviam subordinadas aos patrões, trabalhavam arduamente e não tinham acesso ao próprio dinheiro, limitando-se a trocar seus produtos por mercadorias. Os trabalhadores não tinham o direito de pegar no dinheiro, pós viviam totalmente submisso aos padrões.

Segundo Lurdivina Santos o que fez as pessoas se mudarem da terra firme para a margem do rio foram as dificuldades enfrentadas relacionadas à distância do rio, pois a comunidade era longe da margem do rio e para os moradores terem acesso à água eles teriam que descer e subir uma estrada muito íngreme todos os dias para pegar água.

Raimundo Nogueira de 73 anos relata que, durante o início da fundação da comunidade por volta de 1960 nas margens do rio, as famílias enfrentaram muitas dificuldades ao reconstruir suas vidas. Ele recorda que vivia com sua mãe em uma casa improvisada com os materiais disponíveis, e naquela época passaram por muitas dificuldades. A comunidade ficava isolada das demais comunidades e da sede, poucas notícias vindas dos municípios, pois os moradores não tinham transporte para ir até a cidade e não havia ponte na comunidade. Para se deslocar, seja para visitar parentes ou viajar para Gurupá, era necessário utilizar canoas a remo ou a vela.

Atualmente na comunidade residem mais de cem famílias e a mesmas têm acesso a serviços como educação, saúde e transporte, embora nem sempre com qualidade. Segundo os interlocutores da pesquisa, houve melhorias significativas nesses aspectos.

Com a mudança para as margens do rio a Comunidade passou a se chamar vila de Carrazedo. O Senhor Nei Pena Corrêa de 65 anos conta que as dificuldades eram grandes, na época as famílias construía as casas de palafitas com paxiúba (uma palmeira que era usada pra fazer tabua para assoalho das casas) e também eram cobertas com palhas, a locomoção era feita de canoa a remo porque na época ainda não havia a ponte na comunidade, a comunicação era precária a única forma de se comunicar era através de cartas ou “recados de boca” porque antes não tínhamos a tecnologia que temos hoje, como celular, embora a internet seja de baixa qualidade.

Na comunidade não havia médicos nem técnicos de enfermagem para atender as pessoas que adoeciam, o senhor Nei lembra que, naquele tempo, a saúde era precária e as famílias adoeciam com frequência.

O interlocutor relata ainda que, os tratamentos médicos se baseavam em práticas da medicina tradicional e remédios caseiros, onde os doentes eram tratados com remédios caseiros, com benzedores e parteiras. Essas práticas continuam bem comuns na comunidade e são muito valorizadas por nós, porém, o senhor Nei relata que em alguns casos mais graves, nos quais era necessário um tratamento também com a medicina ocidental, muitas pessoas vinham a óbito por falta de atendimento médico e devido o isolamento da comunidade em relação à sede do Município, Gurupá. Atualmente embora na comunidade exista apenas um posto de Saúde, onde são prestados os primeiros socorros pela técnica de enfermagem, o deslocamento para a cidade é mais fácil pela existência de transporte. De acordo com as Agente Comunitária de Saúde (ACS), Edilene e Maria Aracelia *“antes era tudo mais difícil, hoje a qualidade de vida das famílias mudou muito pra melhor”*.

A comunidade, atualmente, conta com uma escola, com quarenta funcionários contratados pelo município. A educação desempenha um papel importante na Comunidade Quilombola de São José de Carragedo. A escola local é fundamental para o fortalecimento da cultura, transmitindo conhecimentos tradicionais e valorizando a identidade étnica dos estudantes. Além disso, a escola e comunidade promovem atividades que valorizam a cultura quilombola, como danças, músicas, artesanato e culinária, para manter viva suas tradições e fortalecer o sentimento de pertencimento.

Hoje na comunidade temos transportes para nos locomovermos até a cidade, e nossa renda familiar e condições financeiras são melhores, a renda das famílias de pequenos portes ganham em torno de 800 reais mensal as de médios porte ganham em torno 1.500 reais, as de grande porte ganham em torno de 2.000 a 3.000 reais mensal. Nossa renda é obtida através dos plantios da roça e cultivo da mandioca, para fazer e vender a farinha, da pesca de peixe e de camarão, do plantio de açaí, propunha, abacaxi venda de artesanatos. Além disso, os moradores recebem benefícios do governo federal, tais como bolsa família e salário de aposentadoria por idade.

Por meio da organização e resistência, a nossa comunidade buscou a regularização fundiária de nosso território e o reconhecimento de sua identidade étnica enquanto quilombola. A luta pela regularização fundiária e o reconhecimento oficial da nossa Comunidade Quilombola de São José de Carragedo como remanescente de quilombo foi importante para a garantia de nossos direitos territoriais, promover o desenvolvimento sustentável e preservar nossa identidade cultural (Dias, 2020).

Nossa comunidade é um exemplo da resistência e resiliência das comunidades quilombolas no Brasil, que buscam afirmar sua história, preservar suas tradições e alcançar a igualdade de direitos.

Em relação ao histórico da fundação da comunidade, apesar da ausência de registros escritos, a história da Comunidade Quilombola de São José de Carragedo é preservada por meio da tradição oral e das memórias compartilhadas pelos moradores. Em especial os idosos da comunidade. Ao longo dos anos, essas histórias são reconstruídas pelos narradores, que desempenham um papel essencial na transmissão das experiências e conhecimentos acumulados. De acordo com Bosi (1994) a memória dos idosos é muito importante no processo de contar as histórias e do fortalecimento identitário de uma sociedade. Pessoas como Benevaldo Marques Corrêa 67 anos, Lurdivina Lima dos Santos de 57 anos e Antônio José do Carmo Lobato 45 anos, Neipena Corrêa, de 65 Raimundo Nogueira de 73 anos, que testemunharam a trajetória da comunidade desde seus nascimentos, trazem relatos que contam histórias transmitidas através de gerações.

Dessa forma, a história da Comunidade Quilombola de São José de Carragedo é resgatada e perpetuada, mesmo diante da falta de registro escritos a valorização dessas narrativas e a memória coletiva desempenham um papel crucial na reconstrução da história da comunidade, permitindo que suas origens e trajetória sejam conhecidas e apreciadas ao longo das gerações.

De acordo com os narradores, a origem como remanescentes de quilombo está ligada às famílias negras que foram escravizadas na cidade de Gurupá. Essas famílias eram fugitivas e, antes de chegarem ao quilombo, serviam como escravas aos patrões da época na cidade.

Após enfrentarem grande sofrimento, muitas fugiram para a mata e formaram os quilombos no município de Gurupá, incluindo o quilombo São José de Carragedo, que segundo a iconografia de Chwebel existe desde do século XVIII. há muitos anos, mas só foi oficialmente reconhecido como quilombola em 2003, conforme relatado por Benevaldo Marques Correa de 67 anos, um morador que desempenhou um papel importante na luta pelo reconhecimento da comunidade como coordenador da comunidade e Tesoureiro da Associação.

Os relatos dos mais velhos da comunidade corroboram com a afirmação do historiador Le Goff (1996) de que a memória desempenha um papel fundamental na

formação da identidade individual e coletiva, e a busca por essa memória é uma atividade essencial na sociedade contemporânea. Para mim, as histórias de fundação da comunidade foram um encontro com a minha própria história de vida e com a minha identidade étnica.

Passarei a relatar um pouco de como foi o processo de titulação enquanto território quilombola da minha Comunidade, São José do Carrazedo.

## **5- O Processo de Titulação da Comunidade como Remanescente de Quilombo São José do Carrazedo**

Para entender como se deu o processo de regularização das áreas ocupadas pelas comunidades, remanescentes de quilombos, conversei com o Senhor Benevaldo Marques Correa de 67 anos, uma das lideranças que participou do grupo de trabalho responsável pelo processo.

O Senhor Benevaldo me relatou que o início desse processo se deu quando conheceu Pedro Alves Vieira, conhecido como Tapuru, Manoel Pantoja da costa (Paulão) e Selma Aparecida Gomes que trabalhavam na Instituição Fundação de Atendimento Socio-Educação (FASE). Segundo o interlocutor a FASE é uma instituição que por longo período se estabeleceu no município de Gurupá e ao mesmo tempo trabalhava com projetos dentro da área. Essa Instituição foi responsável por custear as viagens e a alimentação nas reuniões feitas nas comunidades. O processo de titulação das terras também contou com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores de Gurupá (STR).

Devido à sua reputação como liderança comunitária Benevaldo Marques Corrêa, foi procurado e contratado pela FASE, na qual trabalhou até em 2021, sua função era discutir a regularização fundiária nas comunidades. Nesse contexto, a comunidade enfrentava ameaças de um grande fazendeiro, que queria tomar nossas terras. Portanto, foi necessário agilizar as discussões para regularizar as terras.

Com o apoio da FASE e STR, Benevaldo Marques Correa reuniu as seguintes comunidades para explicar a importância de regularizar nossas terras, que estavam sob risco de serem apropriadas por fazendeiros da região: Nossa Senhora da Conceição do Rio Arinoar, Nossa Senhora de Nazaré Gurupa-miri, Nossa Senhora de Nazaré do Rio Jocojo, Santa Luzia do Flexinha, Santo Antonio do Comuta do Rio Ipixuna, São Pedro do Baca do Rio Ipixuna, Livramento Uruai do Rio Ipixuna, São Francisco do Rio Ipixuna,

Quadrangular do Rio Ipixuna, Nossa Senhora do Perpetuo Socorro do Rio Tucuruí, Pavilhão da Benção do Rio Tucuruí.

No entanto, como esse assunto era novo para muitas pessoas e nem todos compreendiam o processo, foi necessário realizar várias reuniões nas comunidades. Durante essas reuniões ele precisou fazer um levantamento do número de famílias presentes e cadastrara-las como quilombolas. Porém, como na época era tudo escrito à mão, segundo o senhor Benevaldo Marques Corrêa, o único documento que se tem e a ata da reunião e da fundação da associação, os demais foram mandados para o Instituto de Terra do Pará (ITRPA), responsável pela por avaliar a documentação e por demarcar os limites do território quilombola em conjunto com a comunidade. Técnicos treinados percorreram o território, realizando estudos e análises, estabelecendo marcos e identificando os limites dos territórios em campo.

Além disso, foi necessário incluir informações sobre a identificação das comunidades como remanescentes de quilombo, tais como: sua cultura, costumes e tradições, entre outros aspectos, em um relatório. Esse relatório foi enviado ao Ministério da Cultura, Fundação Palmares, órgão responsável por emitir uma certidão para as comunidades, atestando seu status de remanescente de quilombo.

Essa certidão regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombolas (ver anexo I).

No entanto, o processo de titulação só poderia ser solicitado por uma entidade ou associação que representasse os quilombolas do município de Gurupá. Foi então que Benevaldo marques Corrêa junto com a FASE e o STR fizeram reuniões com as doze comunidades para analisar os documentos relacionados ao processo de levantamento das famílias, e criaram uma Associação nas comunidades remanescentes quilombos.

E foi então que sob a liderança de Jose Santos Fonseca (Presidente da Associação), Raimundo Monteiro dos Santos e Elsa Maria Bragança da Fonseca (secretários), e Benevaldo Marques Correa (tesoureiro), fundou-se a Associação das Comunidades dos Remanescentes de Quilombos do Município de Gurupá Pará, doravante denominada ARQMG, fundada em 30 de outubro de 1999, a mesma institui-se em associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, não fazendo distinção da condição social, sexo, cor, credo religioso ou opção política (Ver anexo II, Ata de Fundação da ARQMG).

O mapa abaixo mostra a localização das comunidades que compõem a ARQMG:



que estejam ocupando suas terras, são reconhecidos a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos (BRASIL. Artigo 68 da Constituição Federal - 1988. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, XX-1988).

Acredito que o reconhecimento e demarcação das comunidades remanescentes de quilombos representa uma vitória política, uma conquista dos nossos direitos étnico-raciais e a resistência ao sistema escravista opressor.

## **6- Considerações Finais**

A identidade quilombola é um tema que transcende a marca da questão racial e adentra um universo cultural e histórico extremamente rico. Ser quilombola vai além de ter a pele negra, é sobretudo, reconhecer e valorizar a trajetória de resistência dos nossos antepassados, que lutaram incansavelmente pela liberdade e pela preservação da cultura.

Me identifico como quilombola por ser descendente de escravos que lutaram para que nós pudéssemos resistir à escravidão. Ser quilombola é não negar sua origem, é ser sempre firme na pessoa que você é, no que você quer, sempre lutando e defendendo os princípios e valores, buscando encontrar seus espaços em todos os aspectos.

Meu projeto de Conclusão de Curso (TCC), na modalidade artigo científico, me ajudou no fortalecimento da minha identidade étnico-racial, pois ao buscar o histórico de fundação da minha comunidade e o processo de titulação de nossas terras, eu me encontrei enquanto mulher negra e quilombola que luta por seus direitos. O TCC me permitiu conhecer minha origem, cultura, ancestralidade e valorizar e respeitar minha identidade, a partir da fala dos mais velhos da comunidade e da busca por documentos que retratavam o processo histórico por mim estudado.

Eu como uma mulher quilombola luto para conquistar meu lugar e do nosso povo na sociedade, valorizando nossos saberes tradicionais. Ser quilombola representa uma conexão profunda com a terra, com a ancestralidade e com os valores que foram transmitidos ao longo das gerações.

Elaborar este trabalho de Conclusão de Curso (TCC) contando a história da minha comunidade, também significa contar um pouco da minha história. Foi muito importante poder expressar minha história como mulher negra esposa e mãe, e discente da faculdade de Etnodiversidade.

Para mim é uma honra, ver que estou representando tantas mulheres, que não têm a oportunidade de estudar. Apesar das dificuldades que eu enfrentei pelo caminho, devido

as quais, em alguns momentos pensei em desistir, o que me sustentou foi a vontade de realizar o sonho do meu pai, que sempre sonhou em ter uma filha formada e poder representar minha comunidade como professora

Acredito que este trabalho contribuirá muito com minha comunidade, pois representa uma maneira de fortalecer nossas lutas e identidade, pois muitos jovens não conhecem nossa história e nossos direitos como comunidade tradicional. Assim como, é uma forma de valorização dos mais velhos da comunidade a partir dos relatos de suas memórias.

## 7. Referências

BELTRÃO, Jane Felipe; OLIVEIRA, Assis (Org.). **Etnodesenvolvimento & universidade**: formação acadêmica para povos indígenas e comunidades tradicionais. Belém, Editora Santa Cruz, 2015

BOSI, Ecleia. **Memória e Sociedade**: lembrança de Velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. DF: Senado Federal Gráfico, 1988.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. “O Trabalho do Antropólogo: Olhar, ouvir, escrever”, In: **O Trabalho do Antropólogo**. São Paulo: Editora: Unesp. 2006.

DIAS, Evento Moura. **Cartografia social da comunidade Quilombola Káagados: Indentidade e enfrentamento**. 2020. Disponível em: <http://umbu.uft.edu.br/handle/11612/2143>. Acesso em: 5 jul.203.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, Jacques. **Memoria**. In História e Memória. São Paulo: Editora Unicomp, 1996.

LIMA, Pinto Helena, et Al. **Relatório de Pesquisa**. Museu, Emilio, Goeldi:, 2014.

\_\_\_\_\_. **Projeto Oca Gurupá, Sítio Carrazedo**, Unidade, N490E570, Belém, Pará, out. 2016.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos** 5(10). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Descolonizando metodologias**: pesquisa e povos indígenas; Curitiba: Ed. UFPR, 2018.

VELHO, Gilberto, “Observando o familiar”, In: \_\_. **Individualismo e Cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1980.

### **8. Agradecimentos**

Agradeço a Deus, aos meus familiares que sempre me apoiaram. À minha comunidade São Jose de Carragedo, ao curso Etnodesenvolvimento e a todos os professores que fizeram parte da minha caminhada, em especial minha orientadora professora Eliane Faria que sempre me apoiou para que eu concluísse o trabalho.

**ANEXO I**: Certidão que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, e titulação das terras.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA CULTURA  
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

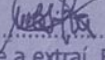
Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade de CARRAZEDO**, localizada no município de Gurupá, Estado do Pará registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 001, Registro n. 078, f.82, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS.**

Declarante(s): Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo de Gurupá  
CNPJ n.03.486.071/0001-34

Eu, **Maria Bernadete Lopes da Silva** (Ass.)....., Diretora da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília, DF, 28 de Agosto de 2004.

O referido é verdade e dou fé

  
**UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO**  
Presidente da Fundação Cultural Palmares

SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF - Brasil  
Fone: (0 XX 61) 424-0106/(0 XX 61) 424-0137 – Fax: (0 XX 61) 326-0242  
E-mail: [chefiadegabinete@palmares.gov.br](mailto:chefiadegabinete@palmares.gov.br) <http://www.palmares.gov.br>

**ANEXO II:** Ata da Assembleia Geral de Constituição da ARQMG

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DAS  
COMUNIDADES REMANESCENTE DE QUILOMBOS DE GURUPÁ - ARQMG

As dez horas do dia trinta de outubro do ano de mil novecentos e noventa e nove, no Barracão São José do Carrazedo Município de Gurupá Estado do Pará, deu-se início aos trabalhos da Assembléia, o Sr. Beneval Marques Correia fez apresentação das comunidades presentes que foram as seguintes: Gurupá Mirim, Jocojó, Flexinha, Carrazedo, Camutá do Ipixuna, Bacá do Ipixuna, Alto Ipixuna e Alto Pucuruí. Após a abertura oficial compareceu também a comunidade Maria Ribeira. Estavam presentes também representantes de entidades: STR Gurupá - Pedro Alves Vieira; FASE Projeto Gurupá - Manoel Pantoja da Costa e Selma Aparecida Gomes; Partido dos Trabalhadores - Antonio Santana Alves Alho; ASPEPP - Mamede Mário Almeida Coutinho. Em seguida foi feita a composição da mesa para dirigir os trabalhos da Assembléia, chamando as seguintes pessoas: José Santos Fonseca, para presidir, Raimundo Monteiro dos Santos, para secretariar e Nivaldo dos Santos Nascimento como cronometrista. Dando continuidade aos trabalhos foi feita a leitura do Edital de Convocação que deliberou os seguintes pontos de ordem do dia: Fundação da Associação das Comunidades de Remanescentes de Quilombos; Discussão e aprovação do Estatuto Social; Eleição e posse da Diretoria, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal. Em seguida, por solicitação da mesa, o representante do STR Gurupá fez um esclarecimento da situação fundiária do município, das lutas das comunidades pela titulação de suas terras e da assessoria e assistência do STR Gurupá e da FASE. Após esta explanação foi consultada a Assembléia quanto à Fundação da Associação, o que foi votado e aprovado por unanimidade dos presentes a decisão de fundar a Associação das Comunidades dos Remanescentes de Quilombos de Gurupá. Em seguida, foi apresentada uma proposta de Estatuto para discussão e aprovação. A mesa passou fazer a leitura, artigo por artigo, sendo aprovado o Estatuto com trinta e um Artigos, com seus parágrafos, incisos e alíneas. Concluído este ponto de pauta a mesa encaminhou a discussão sobre nomes para compor a Diretoria e Conselho Fiscal, sendo apresentado vários nomes, feitas as defesas foram eleitos os seguintes: Presidente - José Santos Fonseca CPF 589613562-91; Secretária - Elsa Maria Bragança da Fonseca, CPF 667062892-72; Tesoureiro - Benevaldo Marques Corrêa, CPF 243571622-20; Vice - Presidente Toniel Duarte Pantoja, CPF 631747582-20; 2º - Secretário - Manoel Adair Coelho Pantoja, CPF 354775232-34; 2º Tesoureiro - Raimundo Alho Barbosa, CPF 132468442-91. Para Titulares do Conselho Fiscal foram eleitos os seguintes: João Evangelista Duarte Lacerda, CPF 285536082-04; Elena Gomes Coimbra, CPF 259657782-87; e Dilson Pereira Monteiro CPF 613319532-00; e para Suplentes: Manoel Vitorio Neto, 130928122-04; Raimundo Felix Pantoja, RG. 2086091; e Sérgio

Monteiro Pena, CPF 295027802-72; sendo preenchidos todos os cargos a mesa esclareceu a Assembléia que o Conselho Deliberativo é composto pelos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal; e em seguida declarou eleito e empoçada a Diretoria e Conselho Fiscal para um mandato de três anos. E não havendo mais nada a tratar foi lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada vai por mim assinada e por quem de direito.

Gurupá, 30 de outubro de 1999

CARTÓRIO LOBATO

Raimundo Monteiro do Santos  
Raimundo Monteiro do Santos  
Secretario da mesa

CARTÓRIO LOBATO

José Santos Fonseca  
José Santos Fonseca  
Presidente da ARQMG

CARTÓRIO LOBATO

Elsa Maria Bragança da Fonseca  
Elsa Maria Bragança da Fonseca  
Secretaria da ARQMG

CARTÓRIO LOBATO


Benevaldo Marques Corrêa  
Benevaldo Marques Corrêa  
Tesoureiro da ARQMG



**CARTÓRIO LOBATO**  
**ÚNICO OFÍCIO**

POR SEMELHANÇAS  
RECONHEÇO  
 AUTÊNTICA

A(s) assinatura com a(s)  
Gurupá(PA): 27.07.2002

Em sinal de  a verdade